



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 2/2010

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTONIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos Srs. Manuel Luís Gomes Vaz, Judite Maria Paulos Lino, António Joaquim Correia, António Afonso Salgado Ruano, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Paulo Duarte da Silva Dias e António Mário Pegado Lemos de Mendonça, que foram substituídos por João Lourenço Correia, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires, Telma de Fátima Atalão Roma, Helena Isabel Pires Seabra, e Domingos José Ataíde Vaz, tendo este faltado à reunião.-----

-----O Deputado Municipal, Sr. António Mendonça porque pediu a substituição 1 dia antes da data da sessão da Assembleia Municipal não foi possível proceder à sua substituição.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Talhas, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. José Joaquim Vermelho.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr^a. Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 72 Deputados Municipais e faltavam 5, sendo os ausentes: Manuel de Jesus Albino Rodrigues, Ana Rita Simão Rodrigues, António Carlos Manso Gonçalo, Domingos José Ataíde Vaz e António Mendonça pelo motivo atrás referido.-----

-----Deu ainda conhecimento, de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 25 de Fevereiro, podê-lo-ia fazer.-----

-----Assim, usou da palavra:-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Sobre, a acta e não só a da Assembleia mas também a da Câmara Municipal, fez reparo ao Português não tão correcto, à existência de alguns erros no que diz respeito à gramática, e também às repetições e omissões de expressões, ou de meras palavras. Em seu entender é desprestigiante quer para a Assembleia Municipal, quer para a Câmara Municipal, estes erros que constam nas actas. Não quer com esta intervenção criticar ou censurar negativamente as pessoas que as redigem, mas crê, que devia haver mais cuidado.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a colaboração do Sr. Deputado Municipal e prometeu que a Assembleia Municipal irá aperfeiçoar-se na questão da redacção das actas.-----

-----Não havendo mais ninguém quem pretendesse usar da palavra, foi de imediato posta a acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou autorização à Assembleia Municipal para que o ponto 1 da ordem de trabalhos, “**Conselho Municipal de Educação – Tomada de Posse dos representantes: da Associação de Estudantes do Instituto Superior Jean Piaget/Nordeste e dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados**”, passasse a ser discutido antes do período antes da ordem do dia.-----

-----Assim, conforme o disposto no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou nomear os membros em falta no Conselho Municipal de Educação, nos termos propostos pela Câmara Municipal.-----

-----Por tal facto, e atendendo a que estão criadas as condições para a Assembleia Municipal poder funcionar, deu de imediato a palavra ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal que passou a fazer a leitura da acta de instalação do Conselho Municipal de Educação, tendo sido chamado um dos membro em falta, Srª. Emília Maria Vinhas Seixas, representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados, a fim de ser empossado, assinando simultaneamente a respectiva acta que fica arquivada e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----O representante da Associação de Estudantes do Instituto Superior Jean Piaget/Nordeste, Sr. António Sérgio Fonseca, foi convocado mas não compareceu, nem justificou.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS)** – Deu os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por passar a ocupar o cargo de Vice-Presidente da Bancada do PSD, na Assembleia da República. Sendo ele um Transmontano e um Macedense, deve ser uma honra para todos.-----

-----De seguida e relativamente à iniciativa “Limpar Portugal”, informou o Sr. Presidente da Câmara, que a Freguesia de Lamalonga trabalhou com empenho nesta iniciativa, tendo



recolhido toneladas de lixo, que continuam no mesmo sítio onde foram depositadas. Como podem compreender, esta lixeira convida naturalmente a depositar mais lixo, em vez de irem ao Ecocentro. Pelo exposto, agradece que o Sr. Presidente da Câmara providencie junto da Empresa, ou de quem de direito, no sentido de solucionarem esta questão o mais breve possível.-----

-----Há outro assunto diz respeito não só à sua Freguesia, mas também a todas as outras do concelho. Este Inverno foi particularmente severo, tendo ficado os caminhos vicinais das Freguesias completamente desfeitos e intransitáveis, por conseguinte espera a colaboração da Câmara em todas as Freguesias, sem distinção, e propõe que nos próximos tempos, a Câmara arranje uma solução, para resolver este grave problema.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Começou por se associar aos parabéns dados pelo seu antecessor, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que entende serem justos. Uma pessoa que tem feito um excelente trabalho e que ao longo destes anos tem acompanhado o Parlamento, é mais que justa esta eleição.-----

-----Relativamente à questão da saúde, referiu que desde a última Assembleia Municipal houve desenvolvimentos importantes. Desde o passado dia 1 de Abril está alocado o helicóptero do INEM com suporte avançado de vida bem como uma VMER de apoio ao Heliporto de Macedo de Cavaleiros. Depois de várias Moções aprovadas nesta Assembleia e de alguns avanços e recuos em todo o processo, a região de Trás-os-Montes tem ao seu dispor um meio de socorro pré-hospitalar e de transporte de doentes entre Hospitais, que certamente ajudará a salvar muitas vidas.-----

-----O Ministério da Saúde honrou o compromisso assumido com a região e isso deve ser enaltecido. O número de intervenções do helicóptero neste primeiro mês de actividade, permite desde já concluir que esta foi uma aposta acertada, desmentindo assim os que levantavam dúvidas, sobre a real necessidade deste meio de socorro. Trata-se de um grande passo em frente, aproximando Portugal de outros Países Europeus, que já possuem estes recursos há alguns anos. É de elementar justiça deixar uma palavra de apreço ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na preparação das infra-estruturas, sejam o Heliporto licenciado pelo INAC e o respectivo hangar, seja no acolhimento às equipas que operam no helicóptero, adaptando as instalações do antigo CCO, para esse fim. Recorda que os outros dois helicópteros que começaram a operar no mesmo dia, não o fizeram a partir dos locais previamente indicados, por não estarem reunidas as condições operacionais necessárias. De facto a Câmara Municipal fez “o trabalho de casa” bem feito.-----

-----Na última sessão da Assembleia Municipal manifestaram a preocupação sobre a continuidade do Hospital de Dia de Oncologia, que funciona há já alguns anos na Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros. Participaram na discussão pública sobre os requisitos para a prestação de cuidados em Oncologia e foi com enorme agrado, que tomaram conhecimento, do protocolo celebrado entre o Centro Hospitalar e o IPO, no sentido de manter e reforçar o serviço já existente, constituindo uma designada “Clínica Oncológica”. Esperam

deste serviço um tratamento de proximidade e com a mesma qualidade que os doentes teriam, se fossem tratados no IPO do Porto.-----

-----No entanto, na área da saúde, nem tudo está bem, pois continuam a ter algumas preocupações com serviços que não funcionam convenientemente. A Unidade de AVC de Macedo de Cavaleiros é claramente insuficiente face às necessidades da região. A promessa de ampliação reafirmada em diversos momentos, já tem quatro anos, como não foi cumprida continuam a ter doentes com AVC espalhados pelos corredores de outros serviços, sem lugar na Unidade Especializada que os devia receber. O Centro Hospitalar deve encarar este investimento como prioridade, pois esta patologia, tem uma incidência muito significativa na população do Distrito de Bragança. Sabem também que existe uma longa lista de espera para a cirurgia ortopédica e não é aceitável, que as excelentes salas de cirurgia que a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros dispõe, tenha uma taxa de ocupação tão baixa. Pode e deve fazer-se mais e cabe ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar, dar passos concretos para resolver este problema.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Leu o documento que a seguir se transcreve: “ Liberdade, a mais bela de todas as palavras. A que vive e morre todos os dias. A que está presente e nunca está. A que precisa de ti para te libertar. O que é a liberdade, perguntaste-me um dia! Liberdade, é rapariga e mulher, rapaz e homem, é animal, planta e árvore, terra e água, fogo e ar, medo e coragem. São todas as cores, são todos os continentes. É tocar na tua mão, o teu rosto, o teu corpo, a tua alma, amar-te. É sonhar esta terra livre e agir. Liberdade, é aquele homem é aquela mulher, atrás das grades, prisão do corpo mas não de pensamento. Liberdade é a palavra mais bela da tua aldeia, da tua vila ou da tua cidade, de todas as aldeias, vilas e cidades do mundo, cheias de sol e de gente de bandeiras de todas as cores. Cheias do teu sorriso, da tua mão estendida, da tua mão que empunha o livro, o arado, o computador. Pão e canção, sangue e terra. Liberdade é o acto de rasgar o tempo da escuridão quando julgaram ser possível encarcerar e destruir a vontade de um povo. Liberdade, soldados, capitães de Abril, povo. E depois perguntaste, quanto vale a liberdade, quanto tempo, quantas lágrimas? Vale o tempo de viver e morrer, o tempo todo, desde sempre, mas preço isso não tem. O teu dinheiro, as tuas espingardas mercenárias, o teu poder, a tua arrogância, não valerão nada. A liberdade anda por aí, nos sítios onde os homens amam, cantam, trabalham, criam, estudam, nas terras e nas fábricas, nos barcos de pesca, viaja nos comboios em segunda classe, nos porões dos navios transatlânticos, em classe económica nos aviões. Em certas épocas habita as prisões. Já reparaste que durante quarenta e oito anos de ditadura, quase metade do século XX, as prisões estiveram cheias de trabalhadores, camponeses, pescadores, intelectuais, estudantes, crentes e ateus? Já reparaste que a liberdade nunca a encontramos e morar nos palácios, nas mansões, nos bancos ou na bolsa de Nova Iorque? E que nome tem a liberdade? Liberdade vida e morte, na Revolta dos Escravos no antigo Egipto, na Revolução Francesa, na Revolução Liberal em Portugal, na Implantação da República em 1910, no dia 25 de Abril de 1974. Liberdade é um caminho que se constrói, uma caminhada dolorosa e bela ao longo de milénios. Podes pôr-lhe



outro nome, podes chamar-lhe Revolução de Abril, que teve um ontem e terá um amanhã, se tu quiseres. Cravos vermelhos que brotam das mãos do povo, dos soldados de Abril, que os uniram, que foram o clarão mais bonito que alguma vez saiu dos canos das espingardas e dos canhões dos tanques. Mas nome não tem, nem dono, é apenas liberdade. A que vive e que morre todos os dias. A que está sempre presente e nunca está. A que precisa de ti para te libertar. Viva a Liberdade!”-----

-----Seguidamente apresentou a moção, que se transcreve: “Comemorou-se o 36.º Aniversário da Revolução de Abril, um dos momentos mais altos da vivida história do povo Português e de Portugal. O maior acontecimento da sua história no Século XX. A Revolução do 25 de Abril de 1974, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, às guerras coloniais e ao colonialismo, à censura e às prisões políticas. Instaurou as liberdades, as conquistas sociais e laborais e o Poder Local. Aprovou a Constituição da República que consagrou o Regime Democrático. Por tudo isto a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 30 de Abril de 2010, decide saudar os Capitães de Abril e o povo português por este dia histórico que permanece na memória de todos.”-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, se o Conselho Municipal de Segurança existe e se está a funcionar.-----

-----Chamou à atenção da Câmara para a deficiente iluminação da Rua D. Abílio Vaz das Neves, tal como em outras ruas da Cidade. Há vários grupos de pessoas que dão as suas caminhadas à noite e os ramos das árvores tapam a iluminação dos candeeiros, nomeadamente na Rua Álvaro de Castro. Concerteza será necessário limpar as árvores, com a maior brevidade possível-----

-----Quanto à Rua D. Abílio Vaz das Neves é manifesta a falta de candeeiros, o que torna aquela zona muito perigosa, especialmente para as crianças do Centro D. Abílio Vaz das Neves.-----

-----**ISABEL MARIA VAZ MESQUITA DA COSTA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Em Maio de 2008 o Sr. Presidente da Câmara anunciou Setembro de 2009 como data prevista para a abertura do novo Centro Escolar, tendo sido posteriormente adiada para o segundo ou terceiro período. Após sucessivos adiamentos, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se estará em condições de garantir, se esse novo espaço estará concluído e funcional apto a receber os alunos no início do próximo ano lectivo. Gostava ainda que me informasse, acerca do número estimado de alunos que frequentará este novo Pólo Escolar. E ainda se esta nova estrutura, estará dotada de condições físicas para acolher todos os alunos do concelho, exceptuando naturalmente os que estão destinados à Escola de Morais, ou haverá necessidade de manter cumulativamente com o novo Centro, o funcionamento de alguma escola primária da sede do concelho?-----

-----**LUÍS INÁCIO FERNANDES GONÇALVES (PSD)** – Foi com bons olhos que viu a nova sinalética recentemente colocada na Rua Almeida Pessanha, pois pôs fim a um pandemónio de estacionamento “selvagem”. Na sua opinião ainda não ficou feito o suficiente naquela artéria, pois necessita ainda de uma melhor entrada e saída, porque é muito deficiente, devendo

nomeadamente a saída para a Rua Dr. Luís Olaio, estar toda num plano pois, quando um carro pára, origina logo uma fila enorme. Pensa que o Sr. Presidente devia dar àquela artéria uma outra disposição, de forma a que a Rua ficasse toda no mesmo plano até à igreja. Assim talvez se resolveria esta situação das filas e dos inconvenientes que causa. Esta seria uma pequena intervenção, de custos menores, que tanto ao comércio como às pessoas que ali transitam daria uma certa comodidade e em termos comerciais, daria certamente outra dinâmica.-----

-----Outra questão que o chamou à atenção, foi o facto da Cidade de Macedo ser visitada frequentemente por uma série de pessoas que fazem o turismo sénior. Já interpelou alguns desses visitantes qual a sua origem, e viu que muitos são do Algarve, Lisboa, Alentejo, ou seja, são oriundos de vários pontos do País. Assim deve a Câmara Municipal fazer uma apologia desta situação, porque para Macedo só traz vantagens.-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Em nome do Partido Socialista, vem fazer a apologia da política e dos políticos sérios, que cumprem as promessas com o seu povo. Naturalmente não ignorando que o Deputado Municipal, Sr. José Madalena já falou sobre este assunto, nem por isso deixa de o trazer à coação e consideração, até porque é apresentado em forma de moção, (que vai entregar à Mesa para os devidos efeitos) e que passou a ler: “Como é do conhecimento da generalidade da população nordestina, Macedo de Cavaleiros conta desde o passado dia 1 de Abril com um helicóptero do INEM em funcionamento permanente. Tal equipamento, e bem assim, a viatura VMER (viatura médica de emergência rápida) a ele ligada, reforçam, significativamente, a capacidade de mobilidade das equipas de emergência em toda a região. Com a instalação de tais equipamentos ficou cumprida a promessa do Governo do Partido Socialista, à população de Macedo de Cavaleiros, de que a reestruturação dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP’s) nunca poderia significar a menorização dos serviços de Saúde da nossa cidade, e muito menos o esquecimento e abandono dos macedenses. Vários anos passados sobre a assinatura de tal protocolo, e contra ventos e marés, contrariando declarações públicas de alguns responsáveis políticos, nós, macedenses, constatamos que o helicóptero e o carro VMER são uma realidade em Macedo de Cavaleiros, como também é realidade a manutenção do Serviço de Urgência do Hospital de Macedo. Mesmo reconhecendo-se algum atraso em relação à planificação inicial justificado com a necessidade de acertar algumas questões, o grupo parlamentar do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, não pode deixar passar sem a devida menção, este momento histórico da vida da nossa cidade, da vida das nossas populações.”-----

-----**MARIA HELENA LOPES GONÇALVES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Independentemente da sua cor político-partidária, é sempre com muita satisfação e orgulho que vejo um Transmontano ocupar cargos de relevada importância. Satisfação redobrada quando esse transmontano é um Macedense, filho desta terra, que é de todos nós. Não podia por isso deixar passar esta oportunidade sem que, publicamente, em meu nome pessoal e no da bancada do PSD, felicitar o Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, Dr. Adão Silva pelo cargo que agora ocupa no Parlamento. Pela sua competência, dinamismo, organização e entrega às causas públicas tenho a certeza que o lugar não poderia ter tido melhor



destinatário. Neste contexto, quero pois, Dr. Adão dar-lhe os nossos sinceros parabéns e ao mesmo tempo augurar-lhe o maior sucesso no desempenho de tais funções.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, neste momento agradeceu as palavras simpáticas, carinhosas e amigas da Sr.^a Deputada, Helena Gonçalves e dos demais colegas da Assembleia Municipal demonstrando a sua satisfação e agradecendo a todos.-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Chamou à atenção da Câmara para uns buracos abertos há mais de dois meses junto ao Edifício do Centro de Emprego, que constituem perigo, tanto para os automóveis como para as pessoas. Em relação ao Bairro da Lamela perguntou ao Sr. Presidente, o motivo de nunca ter feito obras nesse Bairro? E agora com as obras do Centro Escolar e uma vez que o gás natural e a fibra óptica chegaram até ao Centro, qual o motivo de não continuarem para o Bairro da Lamela. Deu ainda os parabéns à Associação dos Desportos de Combate, pelos excelentes resultados obtidos na Taça de Portugal e ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, pela excelente época que está a ter.-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – Fez a intervenção, que a seguir se transcreve: “ Como já não sou o Chefe do Agrupamento 602 de Macedo de Cavaleiros do Corpo Nacional de Escutas, cargo que desempenhei durante 22 anos e acumulei com o de Chefe Regional da Região de Bragança, venho focar o papel que o Agrupamento desempenhou e desempenha na Sociedade Macedense. No dia 30 de Junho do corrente vai estar de parabéns, porque celebra 30 anos de existência oficial. No entanto se quisermos saber desde quando é que o Agrupamento está disponível para os jovens Macedenses, então recuamos ao ano de 1967, mais concretamente a Fevereiro. Veio para a paróquia de S. Pedro auxiliar o Cónego Morais, (já com uma certa idade) um jovem Padre que convenceu uma dúzia de jovens, uns mais velhos do que outros, a fazer experiência da vivência do Movimento Escutista.-----

-----Desde essa data, 1967, o Agrupamento, apesar de andar durante muitos anos, até ao ano de 1980/81 com as mesas e bancos às costas, por não ter uma Sede fixa, nunca deixou de ter as portas abertas aos jovens da Cidade e do Concelho. Por essa razão o Agrupamento, este ano, comemorará não 30 anos mas sim 43 de existência. Ao longo destes 43 anos, passaram pelo Agrupamento, cerca de 4.300 jovens, número por defeito, alguns dos quais se encontram nesta sala, quer aqui no palco, quer nas cadeiras reservadas aos Partidos Políticos, bem como ao público. Desde a primeira hora, o Agrupamento ajudou, através do método do seu Fundador, e da pedagogia escutista dos jogos, das actividades ao ar livre, etc, estes jovens a tornarem-se cidadãos úteis e válidos para a Sociedade. Em 1967 ano da sua Fundação, participou no I Acampamento Regional, realizado aqui no Concelho de Macedo de Cavaleiros, mais concretamente em Valpradinhos, sendo o Chefe de Campo José Luís Pinheiro, mais tarde Presidente da Câmara Municipal de Bragança. No ano seguinte, incorporados no Agrupamento 18 de Bragança, o único Agrupamento na altura oficial, participamos no décimo terceiro Acampamento Nacional, um encontro de escuteiros não só de Portugal, como de outros países. Neste Acampamento estiveram cerca de 5.000 jovens, e teve a duração de oito dias. Passados 18 anos, o Agrupamento volta a estar presente numa actividade deste género em Bagunte – Vila do Conde em 1985, no décimo sétimo

Acampamento Nacional. A partir daqui, participamos em todos os Acampamentos Nacionais e daqui a dois anos será o vigésimo segundo. Nos últimos 3 Acampamentos Nacionais estiveram em campo cerca de 10.000 jovens e adultos. Mas não só de Acampamentos Nacionais, viveu o Agrupamento 602, também efectuou actividades além fronteiras, nomeadamente em Espanha e em Inglaterra, e aqui participou no Jamborre Mundial, Jamborre do centenário, Acampamento onde estiveram representados escuteiros de todo o mundo. O contingente do Agrupamento, além de representar a Cidade e o seu Concelho, também representou a Região de Bragança, sendo muito elogiado pelo seu desempenho pela Organização Nacional, como representante do contingente Português, nomeadamente através dos fatos de Caretos de Podence e dos Pauliteiros de Salselas, em cuja preparação estiveram envolvidas estas duas entidades.-----

-----Internamente, e mais relevantes, o Agrupamento participou nos Acampamentos Regionais e neste momento a Junta Regional está a preparar o XIII (décimo terceiro) Acampamento. Não vou mencionar as acções que mensalmente e anualmente o Agrupamento realiza, na acção de formação e educação dos nossos jovens. Na Cidade de Macedo de Cavaleiros, está situada a Sede da Junta Regional, veio para Macedo pela mão do então Chefe Regional, Prof. António dos Santos Pires Afonso em 1987/88. É aqui que se realizam as Assembleias Gerais (chamado Conselho Regional) com a presença de largas dezenas de adultos e jovens. Existem nas instalações cedidas gentilmente pela Câmara Municipal, no Mercado Municipal, o Depósito de Material e Fardamento, que contabiliza cerca de 20.000€ em material escutista. Fornece os 12 Agrupamentos da Região de Bragança, num total de 600 Jovens e adultos, sendo o maior movimento de Jovens do Distrito de Bragança. O Centro do Movimento Escutista, como é fácil de verificar, está localizado em Macedo, por força da existência do Agrupamento 602, já que os Titulares Regionais são oriundos do Agrupamento. Estas acções dirigiram-se aos jovens que participaram com muita alegria, salientando-se, pela sua importância não só no contexto escutista, mas também nos jovens, os acampamentos nacionais, regionais e o jamborre mundial, em Inglaterra.-----

-----A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, nas comemorações do Centenário do Movimento Escutista, deu o nome do Fundador do Movimento, Baden Powell, a uma Rua existente no Bairro Social da Alegria. Não posso deixar de referir que tudo o que disse e o que ficou por dizer, só foi possível: 1- Um Movimento de Jovens – Corpo Nacional de Escutas – aqui em Macedo no Agrupamento 602; 2- Jovens que participaram e viveram a dinâmica escutista; 3- Adultos, que deram e dão o seu melhor para educar e formar os jovens de hoje, adultos de amanhã; 4- E por último é importantíssimo salientar, e eu especialmente como primeiro responsável, pelo Agrupamento, agradecer, o apoio da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, que sem este apoio, dificilmente estaria aqui a falar destas actividades.-----

-----Por estas razões e muitas outras, e como o Agrupamento está em ano comemorativo, é a altura ideal de acrescentar o nome do Agrupamento 602 de Macedo de Cavaleiros do Corpo Nacional de Escutas, ao registo das Distingções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros.”-----



-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Relativamente à ligação da água à sua Freguesia, Vilarinho de Agrochão, há já três anos que têm o depósito e a água ainda não foi ligada. Sabe que quem faz isso são as Águas de Trás-os-Montes. Como se está a aproximar o Verão e já no ano passado houve problemas com a água, pretende que o Sr. Presidente da Câmara o informe, se já há desenvolvimentos relativamente à ligação.-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Aproxima-se a realização de mais um Certame da Feira de S. Pedro, de 26 de Junho a 3 de Julho. Já foi referenciado várias vezes pela Câmara Municipal, tratar-se de um evento de enorme importância para Macedo, no sentido de divulgar aquilo que é esta terra, as suas potencialidades e trazer muitos visitantes, para dar a conhecer a Gastronomia, e outras coisas que têm de bom. A Autarquia faz parte do Secretariado da Feira de S. Pedro e tendo em conta essa proximidade, tem conhecimento que existe ainda a dívida perante a Associação Comercial para esta poder fazer face, aos compromissos que tem junto dos fornecedores. Faltavam pagar cerca de 190 mil, euros dos quais já foram recentemente pagos 25 mil euros, o que significa que ainda resta uma verba significativa. Tendo em conta a proximidade do novo evento, será difícil que a Associação Comercial faça face aos compromissos que tem, podendo até haver alguns fornecedores, que ponham algumas dúvidas em fornecer qualquer tipo de serviço à Associação.-----

-----Independentemente de ser a Câmara Municipal que tem a dívida, mesmo com a existência de um protocolo com a Associação, quem dá a cara e a quem são pedidos os pagamentos é à Associação Comercial. Não lhe parece justo, que esta verba ainda esteja por regularizar. Assim, e segundo a Comunicação Social, tendo em conta que houve algumas reuniões, entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Associação Comercial, gostaria de saber se existe algum plano de pagamento, para o restante valor da dívida.-----

-----Ainda relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Gonçalves, ultimamente têm sido vistos em Macedo bastantes visitantes de ocasião. Ele próprio já reparou que algumas vezes, param autocarros junto à Praça das Eiras, de onde tiram as malas térmicas para fazerem os piqueniques. É também visível que muitas dessas pessoas, se sintam um pouco perdidas pois não existe um Posto de Turismo aberto, que possam consultar. Se repararem, nem sinalização de identificação de localização existe.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** neste momento passou a palavra **ao Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Lamalonga, Sr. Camilo Morais e no que diz respeito à questão do lixo recolhido, no âmbito do projecto “Limpar Portugal” providenciará para que o seja, o mais rapidamente possível.-----

-----Quanto aos caminhos das Freguesias disse que a Câmara vai continuar a cooperar com as mesmas, na medida das disponibilidades que têm.-----

-----Registou a intervenção do Deputado Municipal, Sr. José Madalena centradas nas questões da saúde .-----

-----Felicitou a Deputada Municipal, Sr.^a Idália Mateus pelo contributo que deu, através da poesia e da golfada de ar fresco e também pela forma como apresentou a liberdade, transformando um momento simpático, nesta Assembleia.-----

-----No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Macedo, Sr. Joaquim Seabra, quanto ao Conselho Municipal de Segurança, informou que não está em funcionamento. A Câmara tem com os membros que o compõem, um relacionamento e uma cooperação permanente e irá ser instalado, logo que consigam reunir as necessárias condições. Disse ainda que tomou devida nota, das outras questões que lhe colocou.-----

-----Relativamente à questão colocada pela Deputada Municipal, Sr.ª Isabel Mesquita sobre o Centro Escolar, informou que este vai entrar em funcionamento no início do próximo ano lectivo. Está dimensionado para cerca de 400 alunos, sendo 250 do 1.º Ciclo e 150 do Pré-Escolar. Vai funcionar em paralelo com o Pólo de Morais e com o outro Pólo da Cidade, que está instalado no mesmo espaço da Sede do Agrupamento, vulgarmente conhecido, pela antiga Escola Preparatória.-----

-----Da intervenção do Deputado Municipal Sr. Luís Gonçalves, tomou também as devidas notas.-----

-----Das questões da Saúde, trazidas pelo Deputado Municipal, Sr. Armando Mendes e sem querer ir às questões das moções, informou que ainda não está concluído o que ficou acordado com o Ministério da Saúde, nomeadamente no que respeita à urgência do Hospital de Macedo. Chamou à atenção para a mistura da equipa VMER e o Helicóptero do INEM de Macedo com SAP's, não faz qualquer sentido, pelo menos na abordagem que a Câmara Municipal de Macedo e ele próprio sempre tiveram nesta questão.-----

-----Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Vítor Matos relativamente à Rua D. Luís, informou que foi recentemente aprovado o projecto de reabilitação de intervenção desta rua. Haverá agora uma primeira fase de reparação e será lançado o concurso para a requalificação de toda aquela zona, pois vão fazer ali uma intervenção de fundo. Todas as infra-estruturas da Cortinha do Moinho, estão a necessitar urgentemente de ser substituídas. A intervenção de superfície que foi feita, deixou por baixo infra-estruturas obsoletas que importa substituir urgentemente por questões de operacionalidade e funcionalidade das infra estruturas, mas também pelas consequências negativas desse funcionamento, quer em termos de prejuízos, quer em termos de salubridade.-----

-----Relativamente à Rua da Lamela, o Sr. Deputado disse erradamente que nada foi feito nos anteriores mandatos. As pavimentações no Bairro da Lamela foram feitas, no anterior mandato deste Executivo. Neste momento está a ser executado o Parque de Estacionamento e está a ser requalificada aquela zona, com o novo Centro Escolar.-----

-----Quanto ao gás natural só pode dever-se à falta de clientes a pedir o contador, pois não tem conhecimento que alguém o tenha pedido e lhe tenha sido recusado o serviço. No que diz respeito à fibra óptica, o projecto de intervenção não podendo cobrir todo o território teve como critério as questões de densidade de utilização. Subscrive totalmente essa proposta de que gostava de ver o Clube Atlético com mais modalidade, pois até criaram condições físicas para mais modalidades desportivas, no concelho e particularmente no Estádio Municipal.-----

-----Registou também as palavras do Deputado Municipal, Sr. Luís Batista relativamente ao historial dos Escuteiros de Macedo, que muitos momentos de orgulho, têm proporcionado ao



Município.-----
-----Disse ainda ao Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão, Sr. Manuel Mico que a previsão dada pela Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, é que até ao Verão, terão a água a ser fornecida pelas novas condutas.-----

-----E para terminar disse ao Deputado Municipal, Sr. Carlos Camelo que o relacionamento institucional entre a Associação Comercial e a Câmara é suficientemente bom e fluído. Nos jornais onde saiu a notícia da reunião, devia ter saído também, que há uma programação de pagamentos para a regularização da situação financeira, ou contabilística entre as duas partes. No entanto fica sempre satisfeito, por saber que há um sócio da Associação que se preocupa com essas questões. Assegura, que não está nada perturbada a Feira de S. Pedro que se aproxima e que mais uma vez, será um sucesso.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, abriu novamente as inscrições para discussão das moções e eventuais interpolações, às respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara:-----

-----**ISABEL MARIA VAZ MESQUITA DA COSTA (PS)** – Todos bem conhecemos o estilo peculiar, com que o senhor Presidente dá a resposta a alguns pedidos de esclarecimentos, que lhe são colocados nesta tribuna. Quanto às questões que eu lhe coloquei, não fiquei devidamente esclarecida e gostava que me concretizasse, quais são os anos que efectivamente vão ficar no Pólo da EB1.2. E ainda como é que o novo Centro Escolar, tendo capacidade para 400 alunos e sabendo que dispõe de 16 salas, sendo que 6 delas estão destinadas ao pré-escolar e 10 ao 1.º Ciclo do Ensino Básico; e considerando que na constituição das turmas, a legislação em vigor impõe um número máximo de 25 alunos do pré-escolar e de 24 alunos no 1.º Ciclo. Ora, sabendo que as turmas que integram crianças com necessidades educativas especiais, de carácter permanente e cujo programa educativo individual assim o determina, são constituídas por 20 alunos no máximo, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições. Então como é que o Senhor Presidente quer transferir para o novo Centro 400 alunos, quando na observação da Lei em vigor, terá apenas capacidade para acolher 150 do pré-escolar e 240 do 1.º Ciclo? Estamos aqui a falar de uma diferença irrisória que é de 10 alunos se considerarmos que não vai haver crianças com necessidades educativas especiais. Parece-me que este novo edifício não dá efectivamente uma resposta cabal às necessidades do nosso Concelho.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, quanto à questão do helicóptero e outras relacionadas com a saúde. Disse que enaltecia o facto de o Governo ter cumprido a sua palavra. No entanto não deixa de recordar alguns factos que aconteceram durante este percurso. O Sr. Presidente do INEM a meio do caminho tentou um recuo, vindo dizer a público que era preciso repensar melhor a questão do helicóptero. A Comissão de Saúde da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara tiveram que tomar uma posição firme, dizendo-lhe que isto não era nenhuma brincadeira e que as coisas não podiam ser decididas primeiro e estudadas depois, pois a lógica é precisamente o contrário. E mais, a Urgência de Macedo continua cá, mas com muito

custo, pois teve de ser arrancada a ferros a sua continuidade. Nestas circunstâncias ficou bem ao Governo cumprir a sua palavra, mas não está disponível para tecer louvores à sua actuação. Cumpriu aquilo que tinha de cumprir e é isso que esperam de um Governo da República. Logo a bancada do PSD não está disponível para votar favoravelmente esta moção.-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Felicitou o Governo pela vinda do Helicóptero e pela VMER, pois devem felicitar as coisas, quando elas são bem feitas.-----

-----**JOSÉ MARIA PEIXOTO COUTINHO (PSD)** - Quanto à moção apresentada sobre o 25 de Abril, referiu que a Assembleia Municipal tomou a posição de o festejar solenemente. Esta moção, cheira a que há sempre quem se queira apropriar do 25 de Abril. Sabe que a CDU tenta tudo por tudo, para levar os capitães (não sabe para onde) e marcar posições nestas situações. O 25 de Abril é do Povo Português, não tem dono, a Assembleia Municipal festejou-o no dia próprio, com a dignidade que achou conveniente e por isso, vai abster-se nesta votação.-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Disse que a pergunta que fez na sua intervenção foi muito concreta, não tendo de forma alguma posto em causa, a realização do Certame da Feira de S. Pedro, pois julga que a Associação Comercial como Entidade que é, tem capacidade de organizar, sem receber o dinheiro que aqui referiu. A pergunta que fez tem a ver com o facto de o Sr. Presidente da Câmara ter mencionado várias vezes, que o Certame, o valor que ele representa e o apoio que é dado pela Autarquia, significa um investimento no sentido de desenvolver aquilo que são as potencialidades de Macedo. Tendo em conta isso, a única pergunta que colocou, foi se existia esse plano e se estava já definida a forma como ele iria ser feito.-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – A propósito da polémica que levantou a moção que o Grupo do PS apresentou, disse que sabe bem que a viatura VMER, não está no mesmo pacote do Héli de Macedo, mas nem por isso deixam de entender que o INEM é claro na nota informativa que deu à comunicação social, “ ...a tripulação do Héli/INEM como é chamada é constituída por um médico e um enfermeiro com diferenciação na área da emergência. No caso de este meio passar a inoperacional por motivos alheios ao INEM, nomeadamente devido a condições climatéricas adversas, a equipe pode transportar a parte da carga existente na aeronave e transferi-la para a viatura médica de Emergência e Reanimação (VMER). É pois um equipamento que não pertencendo ao mesmo protocolo que o Município assinou com o Ministério da Saúde, nem por isso deixa de ser um equipamento subsidiário, no caso de haver falta de condições de funcionamento. Por isso, não é de estranhar que estejam aqui de um e outro equipamentos, que se juntam para dar um enorme apoio e contributo a quem deles precisa. Para além de que este é um equipamento que está disponível para cerca de 460 mil pessoas, ou seja para os cidadãos de todo o Distrito de Bragança, Vila Real e do Norte dos Distritos de Viseu e do Distrito da Guarda”.-----

-----Sobre o negócio, chamou a atenção que não obstante ter vindo na Comunicação Social que era o Presidente do INEM, que a determinado momento, pôs em causa a vinda desse



equipamento para Macedo de Cavaleiros, lembra, que o Município assinou um contrato com o Governo pela via do Ministério da Saúde. Então pergunta, será que é o Presidente do INEM, que vem alterar regras, que foram objecto de contrato e de assinatura entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal? Obviamente que não. Não era o Presidente do INEM, que tinha autoridade e legitimidade para alterar unilateralmente as regras de um contrato, assinado de boa fé, entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde.-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – Quanto à moção que o PS apresentou, relativamente ao voto de congratulação pela presença de uma aeronave de emergência e de uma viatura de emergência médica, situada no heliporto de Macedo de Cavaleiros, a maioria dos presentes sabe o quanto foi crítico a muitos dos acordos que se estabeleceram no País e no concelho de Macedo de Cavaleiros. Foi inclusivamente crítico, à hipotética colocação de um helicóptero, neste Concelho e sedado em Macedo. Na altura, temia com alguma razoabilidade, que o helicóptero tal como estava previsto, fosse unicamente dotado de um técnico de emergência. Logo seria aí sim, um meio de transferência e de transição de doentes que seriam previamente estabilizados na Unidade mais próxima. Mas, tal como está fica obviamente satisfeito, assim como todos os macedenses e nordestinos. Muita gente do interior do País, tem hoje motivos para estar mais segura e um pouco mais satisfeita, pelo facto de o Governo ter colocado não só um helicóptero de emergência e uma viatura de emergência, mas também o que é muito importante, pessoal médico e de enfermagem especializados e diferenciados em emergência. Esta é uma mais valia que ninguém pode escamotear com a qual todos se devem congratular. É obvio que a questão do helicóptero, encerra outras questões associadas a toda a reorganização e reformulação dos serviços de saúde. Essas sim, continuam a preocupá-lo, independentemente do quadrante partidário em que se situem, ou até da simpatia ou menos simpatia por qualquer um dos quadrantes partidários.-----

-----O protocolo que o Sr. Presidente da Câmara, assinou em tempo com o Ministério da Saúde, é explícito relativamente à possibilidade de Macedo de Cavaleiros, vir a ficar sem urgência, aquando da conclusão das auto-estradas 21, que estão em curso. Pensem, no montante que o Governo despende com a colocação de um helicóptero de emergência e sua equipa, em cada um dos locais a que foram destinados. Pensem nos milhões de euros que custa anualmente a manutenção deste equipamento, obviamente com todas as vantagens que isso significa. E pensem ainda na situação económica que o País atravessa, não se vislumbrando uma melhoria significativa nos próximos 4 anos, não estarão aqui a fazer um exercício demasiadamente sábio, ao preverem que o helicóptero terá os seus dias contados e terá data marcada de saída do Heliporto de Macedo de Cavaleiros? E muito mais preocupante, será em Agosto de 2011, data prevista para a conclusão das auto-estradas, poderem vir a ficar sem um serviço de urgência sedado no Hospital de Macedo? Em função de tudo isto gostaria que se unissem e que discutissem, pois grande parte dos presentes sabem que sempre o moveu e move o desejo e a motivação de sensibilizar os Governos, hoje do PS, amanhã quem sabe do PSD, para a necessidade urgente de uma organização ou reorganização racional, dos

serviços de saúde em Trás-os-Montes, das Unidades Hospitalares e da localização da diferenciação desses serviços. Também sabem que defendeu no âmbito da Comissão de Saúde, a centralização de uma urgência médico cirúrgica, algures no centro do Distrito, mais perto de todas as populações. O Governo com a colocação do helicóptero no Heliporto de Macedo, reconhece de uma vez por todas a sua centralidade para atender de forma urgente todas as pessoas, não só do nosso Distrito, como da parte Norte dos Distritos de Viseu, da Guarda e também de Vila Real. Posto isto, gostaria que todos se unissem na luta para fazer crer ao Governo, que o melhor investimento será a criação de um grande Centro de Urgência e um novo Hospital no Concelho de Macedo.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não podem sair desta Assembleia divididos, tensos e crispados em torno da questão do helicóptero, coisa única e singular que veio para Macedo. Como acabou de dizer o Deputado Municipal, Sr. Acácio Espírito Santo, confere-lhe um estatuto de centralidade, que qualquer um inveja. Devem unir-se em torno desta questão, por forma a que saiam daqui com uma voz única e forte, reconhecendo que foi feito algo de bom para esta terra e para a nossa gente. Pediu que a moção fosse votada no fim, que se reunissem (um membro de cada partido) a fim de se entenderem e elaborarem em conjunto, uma nova redacção. Sugeriu que não falem do passado, nem sequer dos atrasos, nem de quem teve a vitória ou deixou de a ter. A vitória foi de todos, uma vez que o helicóptero está em Macedo. Tentem ser sóbrios nas palavras, para não criar controvérsia, nem polémica. Estejam unidos, em torno de uma coisa boa para toda a gente de Macedo.-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – No seguimento da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Gonçalves, lembra mais uma vez a vergonha que é a paragem dos autocarros e sugeriu que fossem lá e experimentassem estar 15 minutos, quando os “caixotes”, onde as pessoas esperam, atingem os 40º.-----

-----Sugeriu ainda que nas instalações onde funcionou o Ecomarché que se encontram devolutas, talvez fosse uma solução provisória para paragem dos autocarros.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse congratular-se com a decisão da Assembleia Municipal, na tentativa de fazerem um documento em consenso que permita que não fique alguma dúvida, sobre o reconhecimento da instalação da equipa VMER em Macedo, tal como dos meios terrestres e aéreos à sua disposição.-----

-----Quanto às questões que foram colocadas pela Deputada Municipal, Sr.ª Isabel Costa, e como na sua primeira intervenção não fez referência ao nível etário ou escolar dos alunos que iriam para o novo Centro Escolar, disse-lhe que é o pré-escolar, e os alunos 1.º e 2.º anos que vão para o Centro Escolar, mantendo-se em funcionamento o Centro Escolar já existente. Quanto à questão do número, tal como a Sr.ª Deputada referiu, serem 390 ou 400 é irrisório, portanto relevará esta questão. Quanto aos portadores de alguma dificuldade de aprendizagem, isso é fácil, pois se for esse o caso, retira-se ao valor os necessários lugares, para compensar essa necessidade. -----



-----Ao Deputado Municipal, Sr. Carlos Camelo disse que há com a Associação, uma planificação de pagamentos acordada entre as partes.-----

-----Seguidamente **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Deputado Municipal, Sr. Armando Mendes que passou a ler o texto da moção já consensualizado:-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Houve consenso entre todos os representantes das forças partidárias da Assembleia Municipal, do qual resultou o seguinte texto: “Como é do conhecimento da generalidade da população nordestina, Macedo de Cavaleiros conta desde o passado dia 1 de Abril com um helicóptero do INEM em funcionamento permanente.-----

-----Tal equipamento, e bem assim, a viatura VMER (viatura médica de emergência rápida) a ele ligada, reforçam, significativamente, a capacidade de mobilidade das equipas de emergência e transporte de doentes em toda a região.-----

-----Com a instalação de tais equipamentos, fica cumprido o protocolo celebrado entre o Governo e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a promessa às populações de Macedo de Cavaleiros, de que a reestruturação dos Serviços de Saúde nunca poderia significar o esquecimento e o abandono dos macedenses.-----

-----Vários anos passados sobre a assinatura de tal protocolo, nós, macedenses, constatamos que o helicóptero e o carro VMER são uma realidade em Macedo de Cavaleiros, como também é realidade a manutenção do Serviço de Urgência do Hospital de Macedo, cuja manutenção desejamos por muitos anos.-----

-----Mesmo reconhecendo-se algum atraso em relação à planificação inicial justificado com a necessidade de acertar algumas questões, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros não pode deixar passar sem a devida menção, este momento histórico da vida da nossa cidade, da vida das nossas populações.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs esta moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

-----**MOÇÃO DO 25 DE ABRIL**-----

-----“Comemorou-se o 36.º Aniversário da Revolução de Abril, um dos momentos mais altos da vivida história do povo Português e de Portugal. O maior acontecimento da sua história no Século XX. A Revolução do 25 de Abril de 1974, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, às guerras coloniais e ao colonialismo, à censura e às prisões políticas. Instaurou as liberdades, as conquistas sociais e laborais e o Poder Local. Aprovou a Constituição da República que consagrou o Regime Democrático. Por tudo isto a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 30 de Abril de 2010, decide saudar os Capitães de Abril e o povo português por este dia histórico que permanece na memória de todos.”-----

-----**Posta esta moção à votação foi a mesma aprovada por maioria com 53 votos a favor e 19 abstenções**-----

-----**RECOMENDAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA AOS ESCUTEIROS (AGRUPAMENTO 602)**-----

-----Por estas razões e muitas outras haverá, e como o Agrupamento está em ano comemorativo. É a altura ideal, acrescentar o nome do Agrupamento 602 de Macedo de Cavaleiros do Corpo Nacional de Escutas, ao registo das Distingções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros.”-----

-----**Posta esta recomendação à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.2- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA E), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – A informação escrita, contrasta com algumas notícias recentes que dão dois milhões e meio de euros ao Município de Alfândega da Fé, para Requalificação do Centro Urbano. Quinze milhões de euros a Bragança para investimentos diversos, enquanto que aqui em Macedo, vão lidando com aquilo que era, mais do que previsível. Aliás ao longo destes anos chamou diversas vezes o Sr. Presidente à atenção para o decréscimo das expectativas de investimento, da realização de obras, de novos projectos e da implementação de projectos e ideias.-----

-----Uma das notícias que mais lhe custou ler, foi a que caracterizou o concelho de Macedo de Cavaleiros, como aquele que perdeu mais poder de compra nos últimos dez anos, como “uma queda absolutamente fantástica e inexplicável”. O Sr. Presidente da Câmara sempre contra argumentou quando lhe dizia que iam perder e diminuir, porque não estavam a gerar expectativas de desenvolvimento e por isso aqui tem a resposta.-----

-----Relativamente à informação escrita, quais são os projectos que faltam? Não vê lá projectos nenhuns ou será que o Sr. Presidente está a omitir aquilo a que todos têm direito, relativamente a expectativas de desenvolvimento da cidade e do concelho?-----

-----O que podem esperar para os próximos 4 anos, com uma informação escrita deste tipo? Em que situação está o eco campo de golfe do Azibo e por que motivo não aparece na informação escrita e quantos terrenos já comprou para dar continuidade a este projecto?-----

-----Quanto ao Parque da Cidade, teve o cuidado de ir buscar o projecto do Parque de Estacionamento, obra que esta Câmara está a iniciar e incrivelmente o que viu, foi a mesma coisa que o Eng.º Luís Vaz apresentou há anos. Será possível que em dez anos, esta Câmara não conseguiu tirar da cabeça uma ideia nova, que desse a uma zona nobre da Cidade a dignidade que merece? Vão fazer um parque para centenas de automóveis na única zona que têm para edificar o novo Centro Urbano? Aquela zona tem Plano de Pormenor, para terem lotes para edificar, com a discricionariedade que tem sido feita ao longo de tantos anos em



Macedo de Cavaleiros?-----

-----Para terminar, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara quem fez o projecto, a quem é que pediu o projecto de especialidade, ou seja quem é que o está a fazer? Durante estes 8 anos, as suas intervenções relativamente à informação escrita tinham todo o cabimento e o Sr. Presidente já não tem por onde escapar de obra que não conseguiu realizar.-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Relativamente ao Parque de Estacionamento Descoberto de acesso à Zona Verde, que recentemente todos viram na Rua Pereira Charula, não conhece o projecto, apenas conhece um pequeno documento que estava no Pavilhão da Câmara Municipal na última Feira de S. Pedro. Entretanto depararam-se com a demolição de uma casa de habitação. Pretende saber se essa demolição foi executada pela Autarquia pois se foi, deve existir algum acordo ou compromisso em relação à habitação.-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Manifestou o seu desagrado pela forma sistemática, do Sr. Presidente da Câmara não responder às suas questões. Ou o faz de forma recorrente, ou pura e simplesmente não o faz. Fez uma intervenção, deu uma sugestão, não foi ofensivo, logo essa intervenção merece uma resposta.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que para dar a resposta em falta, ao Sr. Joaquim Seabra, também precisa de saber, se a ideia seria fazer a Central de Camionagem no logradouro ou dentro do edifício.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Acácio Espírito Santo, sobre a questão da preocupação do poder de compra e com o desenvolvimento económico do concelho de Macedo, é concerteza de primeiro nível e têm interesse em todos os contributos que sejam mais ou menos positivos e favoráveis. Perceber quais são as causas, se são causas recentes ou de longo prazo e também perceber se são resultado de políticas implementadas por esta Câmara, ou se são resultado de políticas erradas do passado. Se são consequência de especificidades concelhias ou de âmbito regional, terão pois todo o gosto em apreciar as considerações que foram feitas.-----

-----Quanto ao Campo de Golfe do Azibo, disse que o projecto está a ser desenvolvido e simultaneamente apreciado pelo Instituto de Conservação da Natureza e pela equipa a quem foi adjudicado. Quanto aos terrenos para o Campo de Golfe ainda não há nenhum comprado, mas não vê motivo para tanta admiração, uma vez que primeiro é preciso consolidar o lay-out do projecto, que teve de ser alterado por imposições ambientais. No entanto partir do principio que é necessário comprar a totalidade dos terrenos é errado, porque o modelo de negociação de obtenção de terrenos para uso, não passa necessariamente pela aquisição.-----

-----No que diz respeito ao Parque de Estacionamento, informou que este projecto e a sua integração naquela zona, é a sequência do ante projecto que herdaram na Câmara. Havia um estudo para aquela zona e foram concretizados os projectos de execução.-----

-----Da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Carlos Camelo informou que a demolição daquela construção, corresponde à abertura da via de acesso ao Parque de Estacionamento e de toda aquela frente de Qualificação Urbana que está a fazer-se. É feita no âmbito do contrato de urbanização, compete fazer a demolição da casa, sendo que nem todo o terreno

da construção anterior, é para a via pública. Está no contrato de Urbanização os termos que compete a cada uma das partes, Município e Proprietário.-----

-----**PONTO 2.3- PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, AO ESCRITOR ANTÓNIO MANUEL PIRES CABRAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.04.19, que se transcreve:” PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, AO ESCRITOR ANTÓNIO MANUEL PIRES CABRAL-----

-----Sobre o assunto presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: “As medalhas municipais, nas suas diferentes modalidades, destinam-se a galardoar serviços notáveis prestados ao concelho de Macedo de Cavaleiros”, conforme refere o artigo 14.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros. Considerando que o escritor A.M. Pires Cabral tem contribuído para a projecção do Município de Macedo de Cavaleiros, para a divulgação da etnografia e história do Concelho; Que tem colaborado frequente e graciosamente com a Câmara e da Assembleia Municipal em que tal homenagem se realize, como consta na deliberação da Câmara Municipal de 18 de Setembro de 2006 e da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2009; Proponho que, nos termos do artigo 2.º do regulamento citado, seja atribuída a Medalha Municipal de Mérito, grau ouro ao escritor A. M Pires Cabral. Conforme o artigo 20.º, capítulo V, do referido Regulamento, “a Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos actos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, melhoria nas condições de vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem este reconhecimento”. António Manuel Pires Cabral nasceu em Chacim do Concelho de Macedo de Cavaleiros, é autor de uma vasta obra de poesia, teatro, romance, conto, ensaio e crítica. Foi distinguido com o Prémio de Poesia Luís Miguel Nava 2009, com o Prémio D. Dinis, atribuído pela Fundação Casa de Mateus e com o Prémio Literário Círculo de Leitores, entre outros. É autor de mais de 40 títulos, entre os quais figuram as Páginas de Caça na Literatura de Trás-os-Montes; Macedo de Cavaleiros, recado a um visitante; A loba e o rouxinol; O diabo veio ao enterro; Os arredores do paraíso; Crónicas de Grijó”.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Mais foi deliberado para efeitos do art.º 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, remeter o assunto à Assembleia Municipal para emissão de parecer.”-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----



-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Apresentou publicamente a sua congratulação pelo facto de a Câmara estar a atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao escritor António Manuel Pires Cabral. Já quando foi Presidente da Assembleia Municipal, manifestou que muito o honraria se o Município de Macedo de Cavaleiros, atribuisse esta Medalha a pessoas que durante a sua vida, deram por este concelho e o transformaram durante dois séculos naquilo que é hoje. Lembrou ainda que o escritor, político, historiador e jornalista Raúl Rego, ainda não está nos meandros desta atitude política, mas espera que o venha a estar, porque foi durante a 1.^a República um dos homens de referência do concelho e do País.-----

-----**JOSÉ MARIA PEIXOTO COUTINHO (PSD)** – Este é um assunto que na sua opinião deverá ser votado por unanimidade, pois o Dr. Pires Cabral habituou-os com a sua literatura e a sua escrita a honrar Macedo, escrevendo sobre as histórias de Macedo e desta forma levar o nome de Macedo a todo o País. Portanto esta iniciativa da Câmara Municipal é mais do que justa, perante um ilustre macedense que tanto tem feito por esta terra. Se é uma honra para o Dr. Pires Cabral receber esta medalha é igualmente uma honra para Macedo ter uma pessoa que a merece.-----

-----Não havendo mais quem pretendesse usar da palavra, foi esta proposta posta à votação, tendo resultado a seguinte deliberação.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciada a proposta a Assembleia Municipal por unanimidade dos 72 membros eleitos presentes deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha de Mérito, Grau Ouro, ao Escritor Dr. António Manuel Pires Cabral.**-----

-----**PONTO 2.4 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DELEGAR NA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEDO DE CAVALEIROS A COMPETÊNCIA PARA COLOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO TOPONÍMICA NA ZONA DE NOGUEIRINHA E TRAVANCA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA D), N.º 2 DO ARTIGO 66.º, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA S), N.º 2 DO ARTIGO 53.º, AMBOS DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.04.19, que se transcreve: “OFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEDO DE CAVALEIROS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

Sobre o assunto presente a informação do Adjunto do Presidente, que se transcreve: “A Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, através de ofício datado de 2009.02.12, com registo n.º 5411, que se anexa, vem solicitar a delegação de competências prevista na alínea d) do art.º 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, articulada com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para as Zonas de Nogueirinha e Travanca; Alega a Junta de Freguesia no seu pedido que, e

passo a citar, “para além de premente, o processo de Nogueirinha já se encontra numa fase bastante avançada, desde 2007 a esta parte”. Assim, Considerando que a Câmara Municipal pode delegar, sob autorização da assembleia municipal e mediante a celebração de protocolo, competências nas juntas de freguesia nomeadamente na colocação e manutenção de sinalização toponímica, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2, do artigo 66.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Considerando que compete à Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios, conforme o disposto na alínea v) do n.º 1, do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; E considerando o supracitado pedido da Junta de Freguesia a anexo a esta informação; Assim, sou de parecer que a Câmara Municipal delibere delegar na Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros a colocação e manutenção da sinalização toponímica nas zonas de Nogueirinha e Travanca, das denominações que forem estabelecidas pela Câmara Municipal nos termos da sua competência. Mais sou de parecer que a Câmara delibere submeter a referida delegação a aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Nos termos do disposto no n.º 1 e d) n.º 2, do art.º 66.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de delegação na Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros da competência para a colocação e manutenção da sinalização toponímica nas zonas de Nogueirinha e Travanca, das denominações que forem estabelecidas pela Câmara Municipal nos termos da sua competência.-----

-----Mais foi deliberado submeter a referida proposta de delegação à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA ISABEL MORENO XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Nesta minha intervenção, gostaria de tecer algumas considerações sobre o assunto versado no documento, que agora se encontra em discussão. Não estando em causa a delegação de competências da Câmara para a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, julgo ser oportuno referir o seguinte: uma das linhas estratégicas de intervenção desta Autarquia para o desenvolvimento do concelho, passa efectivamente pelo Turismo que assumidamente tem um carácter transversal no desenvolvimento económico e será sempre promotor de identidades e singularidades territoriais. Sem dúvida alguma, o segmento Turismo é a opção que mais se aproxima do paradigma do desenvolvimento endógeno sustentado na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes, para o desenvolvimento local e regional. Se por um lado a sinalização toponímica dos territórios requer sempre a compreensão das políticas de desenvolvimento existentes, principalmente aquelas relativas ao planeamento regional e urbano, por outro lado ela deve sempre contribuir para a evolução desse planeamento e ao mesmo tempo estimular e valorizar as metas que sejam alcançadas. Sendo a toponímia uma atitude, pois ela traduz-se em elementos identificadores, informativos



e pedagógicos muito importantes essencialmente para o Turismo, por ser a base da sua divulgação, haverá necessidade de definir com clareza princípios orientadores, quer na sua concepção, quer na sua implementação de modo a garantir a sua a sua homogeneidade e a sua eficácia. Assim, se atendermos ao que referi e tendo em conta o proposto nesta delegação de competências, solicito à Câmara Municipal, que aquando da elaboração do protocolo a que alude o ponto 1 do artigo 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, sejam tidos em conta todos os princípios enunciados, por forma a que a toponímia do concelho, possa ser um verdadeiro instrumento qualificador do território e por conseguinte, de Macedo de Cavaleiros.”-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Disse que sabendo que é competência da Assembleia Municipal a autorização da delegação de competências, pretende saber objectivamente se esta delegação será acompanhada, da correspondente cabimentação orçamental para a sua execução. Sabem pela experiência, que delegar competências nas Juntas de Freguesia corresponde exactamente a transmitir o elos da responsabilidade de ter que justificar às empresas construtoras e aos fornecedores, o não pagamento em tempo útil. Regra geral, todas as Freguesias do Concelho se queixam que a Câmara delega a execução das obras, mas depois não faz a devida transferência das verbas correspondentes à sua execução.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse à Deputada Municipal, Isabel Escudeiro que a Câmara terá em devida conta a sugestão que apresentou. Com fundamentação bem encetada relativamente à questão da toponímia, da uniformização e do critério enquadrado nesta estratégia de desenvolvimento, que referiu.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Joaquim Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Macedo, informou que quem pediu a delegação foi a Junta de Freguesia, não foi a Câmara que empurrou nenhuma competência para a Junta. É recorrente da parte da Administração Central, empurrar competências para outros níveis, nomeadamente para os Municípios, sem contrapartida financeira e fazê-lo através de Decreto. Aqui não é isso que está em causa, pois é uma acção voluntária de uma freguesia, que pede para que a Assembleia autorize a Câmara a deixá-la colocar os postes e as placas da toponímia, sendo claro que aqui não há envelope financeiro, associado a este pedido.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade dos 72 membros eleitos presentes, deliberou autorizar a Câmara Municipal a delegar na Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros a competência para colocação e manutenção da sinalização toponímica na Zona de Nogueirinha e Travanca, de acordo com o disposto na alínea d), n.º 2 do artigo 66.º conjugado com o disposto na alínea s), n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**PONTO 2.5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA, NOS TERMOS DA ALÍNEA**

A), N.º 2 DO ART.º 53.º, CONJUGADO COM A ALÍNEA A), N.º 6 DO ARTIGO 64.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.04.28, que se transcreve: “PROPOSTA DE “REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E RESPECTIVA TABELA” E DE “REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO”-----

-----Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente dizendo que os Regulamentos foram objecto de apreciação pública, durante a qual não foi apresentada qualquer sugestão. A fundamentação económico financeiro foi elaborada por uma equipe externa no âmbito da Associação dos Municípios que fez o trabalho para as cinco Câmaras da Terra Quente, cada uma com as suas especificidades, mas que teve como base de trabalho o tempo gasto por cada acto, bem como o custo por minuto com o pessoal e funcionamento. Obtiveram-se valores muito próximos daqueles que constavam da nossa Tabela de Taxas, não houve por isso grandes alterações. Também se introduziram alguns incentivos na área do urbanismo de forma a dinamizar a economia do Município. Temos ainda isenções nas reabilitações urbanas, e na área social, que pretendem incentivar o investimento privado, e a criação de postos de trabalho. Temos também a redução da taxa municipal de urbanização em termos de reconstrução e requalificação de edifícios, em especial zonas históricas, e todos aqueles projectos que demonstrem ter classe A ou classe superior em termos de certificação energética. Também se aplicou a redução da taxa, a projectos que reforcem o aumento da capacidade turística. Mantiveram-se todos os anteriores incentivos consagrados no anterior Regulamento e Tabela.-----

-----**O Sr. Vereador, Rui Vaz** depois da explicação dada, e uma vez que o documento teve acompanhamento técnico, disse que votavam a favor e esperam que seja um documento positivo para o nosso concelho.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após ter sido dado cumprimento ao estatuído no art.º 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal os Projectos de “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e respectiva Tabela” e de “Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação” nos termos da alínea a) n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.”-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a seguinte intervenção: “A CDU solicita ao Sr. Presidente da Câmara, que informe a Assembleia qual a percentagem de aumento de Taxas. Da nossa parte só aceitamos actualizações, na base da percentagem de aumento dos salários e como no corrente ano o Governo PS com o apoio do PSD



decidiram não aumentar os salários dos trabalhadores, então a CDU só pode votar contra.”-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – A propósito deste ponto, informou que irá levantar algumas questões. Conhece bem a Lei Quadro que rege a definição de Taxas dos Municípios e sabe bem da necessidade de actualizar e dos princípios jurídicos que estão subjacentes à fixação das taxas, designadamente o princípio da proporcionalidade e outras normas jurídicas, que para o caso aqui não vêm. E porque conhece mais ou menos bem esta matéria, estranha que nalgumas taxas que são apresentadas (e para isso pede ao Sr. Presidente da Câmara que logo que lhe seja possível as justifique), ver ali alterações em relação às taxas que têm vindo aqui a ser praticadas, que nada têm a ver com o tal princípio da proporcionalidade, ou do esforço do custo do serviço, prestado pelo Município. Por exemplo, nos documentos distribuídos aos Deputados desta Assembleia, a propósito da nova tabela de taxas que comparou com as anteriores qual não é o seu espanto que em alguns casos, vê alterações ou desvios à taxa de 3 vezes mais. Há mesmo um caso em que o aumento é de 304%, que é a taxa sobre a fotocópia simples de peças escritas, que valia 0,64€ e agora passa a ser tributada por 2,71€. Outros desvios há, que são tudo, menos justificados pelo princípio da proporcionalidade.-----

-----Uma outra situação é relativamente às taxas dos serviços administrativos, constantes no art.º 25, n.º 1, que apesar da Lei Quadro determinar que há regras próprias na sua aplicação, nem por isso a Câmara deixou de utilizar outros métodos de tributação, designadamente a tributação com base no valor patrimonial dos imóveis. Todos sabem muito bem que actualmente o valor patrimonial dos imóveis está completamente desconforme. Neste momento funcionam vários regimes de cálculo de valor patrimonial, que fazem com que os valores não estejam adequados uns com os outros. Não estando o valor dos imóveis adequados uns com os outros, temos ao nível do Município e por aplicação da nova tabela de taxas que estão a propor que se aprove, estão naturalmente a querer aprovar um documento, que em alguns casos tem pressupostos errados.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Esta alteração tem por trás o estudo de uma Empresa, que tem em conta a contabilidade de custos, ou seja, tem em conta os custos associados a cada acto. Pensa que é um estudo sério e é com esse pressuposto que o aceitam. No que se refere ao valor patrimonial que a Câmara toma nos cálculos, o problema não está do lado da Câmara, mas sim do lado dos serviços de Finanças, que eventualmente tem de ajustar melhor e equilibrar aquilo que é a avaliação dos imóveis e o valor patrimonial, para evitar discrepâncias que efectivamente existam. Portanto quem tem de corrigir não é a Câmara Municipal, mas sim o fisco.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** sobre a percentagem do impacto financeiro a que se referiu a Deputada Idália Mateus, ainda não sabe o que estas taxas têm. Trata-se de um documento novo, concebido com base no tipo de acções, de licenças, ou de prestação de serviços que o Município presta e aos quais correspondem taxas, numa base de legislação. Como o Deputado Municipal, Sr. Armando Mendes referiu, tem critérios de proporcionalidade na prestação, ou no encontro desses valores e neste momento todas as taxas, têm um

fundamento técnico. A Câmara pediu mesmo à Equipa Técnica que não pretendem nada de impactos financeiros, nem aumentar as taxas, tendo esta equipa feito algumas auscultações de sensibilidade para algumas das áreas.-----

-----Este Regulamento teve uma fase de inquérito público, está patente no site da Câmara Municipal. Logo que entre em funcionamento, os munícipes rapidamente darão conta de alguma discrepância não fundamentada que realmente possa haver.-----

-----No que diz respeito à questão do valor patrimonial, não conseguiu encontrar melhor critério de referência, caso contrário não teria sido este o utilizado. Há o problema dos valores de avaliação não estarem correctos, mas foi o critério usado, senão por todos, pela maioria dos Municípios.-----

-----Não havendo mais quem pretendesse usar da palavra, foi este ponto posto à votação tendo resultado a seguinte deliberação:-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado a Assembleia Municipal por maioria com 69 votos a favor, 1 voto contra da Deputada Municipal Sr.ª Idália Mateus e 2 abstenções dos Srs. Rogério Martins e Acácio Espírito Santo, deliberou aprovar o Projecto de Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e respectiva Tabela e de Regulamento Municipal de Urbanização Municipal de Urbanização e da Edificação, nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**PONTO 2.6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), N.º 2 ARTIGO 64.º CONJUGADO COM A ALÍNEA C), N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.04.21, que se transcreve: "DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009-----

-----Presente para apreciação e aprovação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** relativamente à gestão disse que este ano o valor da execução global aparece com um valor anormalmente alto devido à adesão do município ao PREDE, a receita foi de € 23.264.013,14 e a despesa de € 23.235.406,32. O facto da Câmara ter aderido ao PREDE fez um encaixe de receitas com correspondência também na despesa, e que em termos contabilísticos acabou por fazer aparentar um desequilíbrio entre despesas e receitas correntes e de capital, uma vez que toda esta receita entra como de capital.-----

-----Não considerando o valor relativo ao PREDE teríamos valores de receita de € 17.498.504,00 e de despesa de € 17.469.897,00-----

-----Disse que, continua por resolver o problema do contencioso do terreno onde estão implantadas as piscinas municipais, continuando retido um diferencial de € 541.368,34.-----

-----As receitas próprias totalizaram € 3.970.000,00, sendo superiores à média dos últimos



três anos. As receitas do Parque Eólico devem levar a um aumento das receitas próprias, já em 2010, superior a 10%.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que o aumento das despesas correntes tem justificação no pagamento de despesas no âmbito do PREDE, com especial peso para as relativas à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., relativas ao fornecimento de água e tratamento de resíduos. Disse que esta questão se está a tornar insustentável para os municípios.-----

-----O endividamento de médio e longo prazo aumentou devido à contratação dos empréstimos relacionados com o PREDE, não afectando o endividamento líquido, pois a operação adjacente ao PREDE apenas alterou a natureza da dívida existente, passando de dívida a curto prazo para dívida de médio e longo prazo, e prevê-se que por força das amortizações a efectuar, e dos valores a receber de receitas que influenciam os limites, a situação esteja regularizada no final de 2011.-----

-----Disse que o documento de prestação de contas inclui também uma análise na perspectiva de contabilidade de custos, embora ainda não esteja totalmente implementada, como auxiliar de gestão. E é hoje obrigatória no apuramento dos custos de função e dos custos subjacentes à fixação das taxas e de preços de bens e serviços.-----

-----A nível interno registou-se um reforço na modernização administrativa, e nomeadamente do processo de desmaterialização documental. Implementou-se e o atendimento centralizado, no rés-do-chão, facilitando simultaneamente o acesso a pessoas com mobilidade condicionada.-----

-----**O Sr. Vereador, Rui Vaz** relativamente a este documento disse que é já uma situação recorrente o prazo com que um documento desta natureza lhes é entregue. Aproveita também para pedir que de futuro lhes seja enviado com pelo menos 5 dias de antecedência da data da reunião da discussão do mesmo, pois sendo este um documento técnico para quem o pretender analisar, necessita obviamente de mais tempo.-----

-----Referiu que tecnicamente não o colocam em causa, pois respeitam a responsabilidade de quem o elaborou e o tempo que lhe deram para o analisarem não deu mais do que para o ver superficialmente.-----

-----Manifestou preocupação relativamente à dívida aos fornecedores da Câmara, dizendo que se não fosse o PREDE, a contabilidade em relação a estes, seria certamente um desastre.-----

-----Disse ainda estranhar o facto de relativamente aos fornecedores da Câmara, haver uma firma que não aparece, na relação das dívidas e que sendo do Concelho, certamente trabalha para a Câmara Municipal, a empresa a que se refere é a Nordinfra.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** disse ao Sr. Vereador que essa empresa nem tem muito trabalho com a Câmara Municipal, e que tem trabalhado é com as Juntas de Freguesia, e se não aparece na listagem é porque não tem facturação pendente à data.-----

-----**O Sr. Vereador, Rui Vaz** disse que pelos motivos atrás referidos a posição dos Vereadores do PS é a abstenção.-----

-----DELIBERAÇÃO: Após concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009, procedeu-se à votação dos mesmos. Foram aprovados por maioria de quatro votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, Duarte Moreno, Sílvia Garcia e Carlos Barroso e três abstenções dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide.-----

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à próxima Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e aprovação nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei n.º 5-a/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Entende que a Comissão de Economia da Assembleia Municipal, devia previamente ter reunido para analisar o Documento de Prestação de Contas. Não sabe se efectivamente reuniu, mas se não o fez devia tê-lo feito.-----

-----Referiu que o documento em análise, obedece a princípios contabilisticamente aceites e estes por sua vez dizem, que as contas desde que obedçam ao Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local são correctas. Compete à Direcção Geral de Contabilidade Pública, ver se os Documentos e a Conta estão correctos. Ao Tribunal de Contas, compete averiguar se a parte jurídica também está correcta. A Câmara tem uma dívida de cerca de 5 milhões de contos, a curto e médio prazo que é excessiva para as dotações orçamentais que possui. Parece-lhe que em tempo de crise, a Câmara tem de começar a diminuir às despesas, porque as receitas também estão a baixar.-----

-----Faz um alerta à Câmara Municipal, que em tempo de contenção de despesas, e para equilibrar o orçamento, pagar cerca de 18 milhões de euros de empréstimos e cerca de duzentos milhões de euros de compromissos a curto prazo, tem de cortar em algum lado. Convém não esquecer que o Sr. Presidente da Câmara tem em seu poder, um protocolo celebrado com a Associação Comercial de Macedo, que dá a esta, o direito de gastar o que quer, quando quer e como quer. Penso que a Assembleia Municipal, tal como o Concelho, não podem estar disponíveis para isso.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Refere que o Documento em discussão enquanto documento técnico, não vai merecer reparos, pois está bem elaborado. No entanto, por trás de um documento técnico há opções políticas, que têm de ver com a gestão do Município, que foram naturalmente subscritas pela bancada do PSD no ano de 2009. No que concerne à questão dos empréstimos e do PREDE continua a entender que é preferível “jogar limpo”, não ter dívida oculta, ter efectivamente de pagar a fornecedores, e injectar liquidez nos depauperados cofres das nossas empresas em Macedo de Cavaleiros. Tem sido essa a opção política assumida pela Câmara, no sentido de eliminar a dívida a fornecedores, mesmo convertendo isso em dívida de médio e longo prazo e beneficiando naturalmente das taxas de juro oferecidas pelo programa de regularização. Sob este ponto de vista, diz pensar que a opção foi correcta, mesmo sabendo que isso implicou o aumento de



endividamento, mas refere que foi adequado ao contexto económico que se vive quando efectivamente as empresas precisam dessa injeção de liquidez. Há um lado negativo que tem a ver com a baixa das receitas próprias do Município, em boa medida devidas ao abaixamento das transacções imobiliárias, nomeadamente do IMT. Se forem ver a rubrica do IMI, esta até sobe, mas a queda do IMT é muito significativa e isso teve um forte impacto nas próprias receitas do Município. Resta esperar que a crise vá atenuando, embora não seja previsível que isso aconteça nos próximos anos.-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – Sr. Presidente, uma Câmara que gasta um milhão e meio de euros em cultura e quase meio milhão em protocolos desportivos, tem que ser obviamente rica. Como é que afectava as verbas conseguidas nos diversos protocolos desportivos? Já lhe fez várias vezes essa pergunta, mas nunca obteve resposta e agora até percebe o porquê. E relativamente à questão do Plano de Pormenor anexo ao Parque da Cidade, se existe ou não existe? Por último deixa mais duas perguntas, uma tem a ver com a clarificação das verbas na cultura e no desporto, e uma outra bem mais vasta, com o nível de endividamento que esta prestação de contas caracteriza. Será o Sr. Presidente capaz de dizer, quanto lhes resta em termos de capacidade de endividamento para candidatar novos projectos?-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** quanto à questão da Comissão de Economia e Ambiente, é uma Comissão nova, mas que vê com bons olhos o seu envolvimento neste processo.-----

-----No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Acácio Espírito Santo sobre a capacidade de endividamento do Município e até onde podem ir com os Fundos Comunitários, informou-o que podem ir até onde os Fundos Comunitários existirem, porque para estes Fundos não há limites de endividamento. A única questão que poderiam colocar é até onde devem ir e até onde faz sentido antecipar equipamentos, infra-estruturas e bem estar para a nossa gente.-----

-----Não havendo mais quem pretendesse usar da palavra, foi este ponto posto à votação tendo resultado a seguinte deliberação:-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o documento a Assembleia Municipal, por maioria de 52 votos a favor e 20 abstenções dos Srs. Deputados, Armando Mendes, Manuela Santos, Celina Martins, Maria José Lima, Isabel Costa, Joaquim Seabra, João Lourenço, Vítor Matos, Helena Seabra, Luís Batista, Carlos Camelo, Manuel Carvalho, Acácio Espírito Santo, Paula Moreira, Rogério Martins, Idália Mateus, Manuel Mico, Camilo Morais, Jorge Asseiro e José Vermelho, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009.**-----

-----Por fim foi posto à votação para aprovação em minuta, os pontos 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da Ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, neste momento o Exmº Sr. Presidente da**

**Assembleia, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento
intervir.-----**

-----Não houve público que quisesse intervir.-----

**-----Eram zero horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo.
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que
nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos.
Presidente, 1º e 2º Secretários.-----**

